



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

*Discurso na cerimônia de anúncio das
medidas de redução dos juros para o
tomador final*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 14 DE OUTUBRO DE 1999

Senhor Presidente do Senado e amigo Antônio Carlos Magalhães; meu querido amigo e Ministro da Fazenda, Pedro Malan; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhor Presidente do Banco Central, Doutor Armínio Fraga; Senhores Líderes, Parlamentares; Senhoras e Senhores,

Alguns dos Senhores Ministros, representantes da mídia e Parlamentares têm estado presentes aqui, nessas salas de reunião do Palácio do Planalto, nestes últimos dois meses, e são testemunhas das transformações que estão sendo introduzidas na vida econômica e social brasileira.

O Doutor Armínio Fraga, quando explicou as transformações que agora estão sendo aprovadas no que diz respeito ao *spread* bancário, fez menção às dificuldades pelas quais o Brasil passou. Alguns de nós, que já estamos aqui calejados na condução do processo econômico brasileiro e em segurar firme o leme sabemos o quão difícil foi segurar esse leme desde setembro do ano passado até muito recentemente. Os que não têm, talvez, a mesma experiência ou os que se apressam em emitir juízos, sem ver com mais detalhes os acontecimentos, talvez não possam avaliar o esforço que tem sido feito para que um país como o

nosso, que, depois do Plano Real, havia conseguido a estabilidade e começado a colocar a economia – repito a frase do Ministro – nos trilhos, de repente se visse na contingência de manobras rápidas para evitar que o trem descarrilasse.

Os que se derem ao trabalho de ler o discurso que fiz no Itamaraty, em setembro do ano passado, em plena campanha eleitoral, verão que ali, com toda a clareza, eu dizia – sendo Presidente, mas também candidato – que medidas duras seriam tomadas. E que nós teríamos de enfrentar intempéries pesadas. E disse aquilo porque, naquele mês, o Brasil perdeu 20 bilhões de dólares de suas reservas. E as medidas foram anunciadas antes de qualquer negociação com o Fundo Monetário Internacional. No dia 7 de outubro, tendo sido reeleito com a maioria absoluta dos votos dos brasileiros, no primeiro encontro que tive com a mídia disse outra vez tudo isso. E disse, com muita firmeza, que iríamos recorrer aos mecanismos internacionais para garantir a continuidade da credibilidade do Brasil.

Dei um sinal também de confiança ao dizer que a disposição que tínhamos de enfrentar as dificuldades não afastava do horizonte a preocupação obsessiva com o crescimento e o desenvolvimento. Foi a primeira vez que mencionei a concentração de esforços no Ministério que hoje é ocupado pelo Doutor Alcides Tápias. Quis, com isso, dizer ao Brasil duas coisas: primeiro, que o Presidente recém-eleito não deixaria de fazer o que dissera que faria, tanto no sentido das medidas duras necessárias, impopulares que fossem, para evitar que o Brasil perdesse o rumo; segundo, que o Brasil é um país que tem uma imensa perspectiva de crescimento e que o horizonte de esperanças não poderia se toldar apenas com a visão das medidas necessárias, momentâneas. Foi o que fizemos neste ano todo.

Talvez não tivéssemos avaliado, naquela altura, em outubro de 98, as dificuldades de janeiro e fevereiro de 99. Ninguém poderia avaliar. Mas também devo lhes dizer que ninguém poderia imaginar que em abril de 99 já fosse possível perceber que a sociedade e a economia brasileira haviam reagido, que o Congresso Nacional havia aprovado as medidas necessárias para que atravessássemos aquele momento tormentoso da vida

nacional e que, portanto, nós podíamos, sim, continuar trabalhando com uma perspectiva de mais longo prazo, com a crença absolutamente firme de que a economia e a sociedade iam recuperar a sua força e o Brasil iria seguir adiante num caminho de estabilidade e desenvolvimento.

Talvez tivesse sido difícil perceber isso até os meses de julho e agosto, com as mudanças ministeriais, com as compreensíveis demandas da sociedade, com a descrença, que é compreensível para muitos, compreensível por parte de muitos, não de todos. Alguns têm capacidade de ver mais longe e até aumentaram a descrença para evitar que um horizonte mais favorável se forme. Talvez fosse difícil avaliar o conjunto de medidas que nós estávamos tomando, os efeitos que teriam.

Fui sempre sincero com o País. Nunca deixei de dizer das dificuldades. Nunca deixei também de dizer dos meus compromissos com o desenvolvimento e com a geração de empregos. Pois bem, os que assistiram a esses atos dos últimos meses são testemunhas de que estamos tomando, agora, no plano, não apenas macro – porque no macro nós tomamos antes –, mas no plano micro, as medidas necessárias para que o Brasil retome o seu caminho de prosperidade. Isso em todas as áreas.

Primeiro, na questão agrícola, questão espinhosa, que enfrentamos, de novo, com o apoio do Congresso. Atendemos ao que era possível. Ainda hoje, pela manhã, estávamos revendo as metas de financiamento da agricultura, atendendo à questão do Pronaf, o Programa Nacional da Agricultura Familiar, para o pequeno produtor, para a unidade familiar, verificando por que não vai mais depressa a questão do Recoop, que é o Programa de Revitalização das Cooperativas, que é o financiamento das cooperativas agrícolas, discutindo essas questões, verificando se os recursos disponíveis estão, realmente, ao alcance dos que vão utilizá-los para plantar. Estamos vendo que um conjunto de medidas operacionais foi posta em prática.

Da mesma maneira, recentemente, foi-nos possível anunciar um outro conjunto de medidas importantes na área da pequena e microempresa. São medidas decisivas, são medidas que levam à volta da esperança de que o pequeno e microempresário tenham acesso ao crédito mais fácil e mais barato e tenham a assistência técnica necessária.

Não faltaram também, como nunca faltam nessas ocasiões, os agourentos de sempre, a dizer: “O Governo deu com uma mão e tirou com a outra”, porque está instituindo agora a necessidade, a questão do lucro presumido. Como se isso fosse afetar o pequeno e microempresário, que já está no Simples e sabe que o mecanismo é outro. Não tem nada a ver. Como se isso fosse afetar a média empresa. Nada a ver. E quando forem feitos os esclarecimentos pertinentes pela Receita Federal, ver-se-á que isso diz respeito apenas às grandes empresas e é um mecanismo que está no Congresso para ser analisado, para verificar se é uma maneira de evitar a sonegação. É a luta contra a sonegação.

Naturalmente, alguns sonegadores utilizam, como sempre, a bandeira do pequeno e micro para dizer: “Olha, o Governo não está dando para vocês, não, eles está é tirando.” Não é certo. As medidas vão ter validade, vão ser aplicadas na sua integralidade, tendo em vista o restabelecimento da confiança, do crédito.

Vamos, também, no que diz respeito a essas empresas, e a todas elas, aliás, renegociar amplamente as dívidas que têm para com o Estado na Previdência, na questão relativa à Receita, e assim por diante.

Perguntarão: “Por que fazer isso agora?” Porque agora é o momento de preparar o Brasil para o ano que vem, para o Brasil crescer nos níveis que queremos que ele cresça, de pelo menos 4%. Estamos dando às empresas as condições necessárias para que elas participem mais ativamente desse novo momento da nossa vida econômica.

Ainda ontem, já noutro terreno, foi a vez da Caixa Econômica Federal. Foi a vez de enfrentar as questões relativas ao financiamento da casa própria e ao financiamento das empresas imobiliárias. Não preciso repetir o que foi dito ontem, aqui, pelo Doutor Emílio Carazzai e corroborado por todos nós, ou seja, de que lá, também, estamos baixando as taxas de juros, estamos alongando, estamos criando condições de dar capital de giro às empresas construtoras, estamos dinamizando o mercado imobiliário.

E não nos esqueçamos de que, recentemente, houve uma modificação muito importante na TJLP, na Taxa de Juros de Longo Prazo. E esta diz respeito ao futuro da economia brasileira porque é o financiamento para o investimento das nossas empresas.

E essa modificação na taxa de juros de longo prazo embute também uma expectativa diferente. Por quê? Porque a taxa de juros de longo prazo agora é composta de duas ordens de fatores. Uma é a expectativa de inflação. Quanto mais baixa a inflação, menor a taxa de juros de longo prazo. A outra é o chamado Risco Brasil. Quanto mais depressa as reformas do Congresso, mais baixa a taxa de juros de longo prazo. E essa taxa foi calculada agora em 12%. Temos condições de baixá-la mais, dependendo de as expectativas inflacionárias se manterem como estão se mantendo, numa tendência de redução e dos avanços naquelas medidas fundamentais, para que o ajuste fiscal seja percebido como baseado em medidas estáveis, com o apoio do Congresso, com nova legislação, como, aliás, recentemente ocorreu, no caso do INSS, e como, quando for possível, vai ocorrer para resolvermos o problema que sobrou nas nossas mãos, que é o grande problema no ajuste, que é o problema do financiamento das aposentadorias do setor público.

O Governo fez o que pôde. O Governo não discute decisões do Supremo Tribunal Federal: cumpre. Mas vai buscar encontrar soluções, conversando com o Congresso, conversando com os governadores, conversando com a sociedade, porque este é um peso muito grande nas finanças públicas. Essa é uma questão que não é de partido, não é do Presidente, é da sociedade brasileira. Vamos encontrar um caminho para isso também. Quanto mais depressa encontrarmos esse caminho, mais depressa baixarão as taxas de juros de longo prazo, aliás, todas as taxas de juros.

Hoje, agregamos mais um conjunto de medidas que diz respeito à preparação da nossa economia para que ela possa, realmente, aproveitar, como diz o Ministro, as oportunidades da janela, oportunidades que se abrem, e crescer com mais elã, com mais empenho.

Não preciso repetir o que foi dito pelo Doutor Armínio Fraga. Preciso, apenas, primeiro agradecer, não apenas ao Doutor Armínio Fraga, que tem tanta confiança na confiança que eu tenho nele, que disse que eu já tinha assinado uma medida que ele ia anunciar. Mas eu tenho confiança nele. E quero agradecer aos funcionários do Banco Central. Sei o que custa tomar essas medidas. E também ao entrosamento que hoje existe entre o Banco Central e a Fazenda. Nada disso foi feito, nem

será feito, sem a liderança do Ministro Pedro Malan, que é a pessoa que, na verdade, define os rumos – e continuará definindo esses rumos – da nossa economia.

É preciso que haja esse entrosamento que hoje existe entre o Banco Central e o Ministério da Fazenda e o conjunto dos ministros da área econômica. Nós nos reunimos toda semana, nos reunimos ainda hoje pela manhã. Aí, entram todos os ministros pertinentes, entra o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, entra o Ministro da Integração Nacional, entra o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e entram os presidentes das grandes instituições financeiras. A partir da próxima semana, passará a entrar também o Presidente da Caixa Econômica Federal, porque queremos estar, em conjunto com o BNDES, o Banco do Brasil, o Banco Central e esses ministros, monitorando o desenvolvimento da microeconomia.

Tudo agora passa a ser voltado para o dia-a-dia, para o cotidiano, para melhorar a vida das pessoas, do microempresário, da pessoa que produz na família, no campo, do pequeno fazendeiro, do pequeno empresário, do empresário de médio porte, daquele que precisa de casa própria, da família que está necessitada dessa casa, da cooperativa de produção agrícola e assim por diante. Isso requer uma ação continuada do Governo.

Superamos as dificuldades maiores, os entraves maiores no que diz respeito à macroeconomia. Peço a Deus que continuemos com essas previsões, porque muitas não dependem de nós, dependem de conjunturas internacionais. Mas agora precisamos é, no dia-a-dia, cuidar de revalorizar cada pessoa, cada família, cada empresário, cada trabalhador. Então, esse entrosamento permitiu isso e, portanto, agradeço esse esforço muito grande.

Os dados foram aqui mencionados, de passagem, pelo Ministro, e ele não mostrou o relatório que aí tem, porque só quem fez curso de matemática superior vai entender o relatório. Mas os resultados são sensíveis. Isso vai produzir aquilo que hoje é necessário, que é a redução da taxa de juros para o consumidor final. Isso é um mecanismo de reativação da economia e também de expansão da atividade econômica. Portanto, é um mecanismo de expansão da oferta de emprego.

Nós, este ano todo, conseguimos, com toda dificuldade, se não reduzir a taxa de desemprego, mantê-la em níveis iguais à taxa do ano passado. Enquanto muitos dos países que sofreram os problemas do Brasil dispararam na taxa de desemprego, nós conseguimos segurar a tendência ao crescimento do desemprego. Essas medidas são para que possamos começar também a reduzir o desemprego, em função da reativação da economia.

Não há milagre nessa matéria. Nunca fui camelô de ilusões. Não adianta cobrar de mim a redução do desemprego como se isso fosse vontade política. Não. Cobrem de mim a consequência na condução dos rumos do País, custe o que custar, inclusive em termos pessoais. Isso eu estou fazendo. Com toda a sinceridade, com toda a honestidade, nós estamos lutando – e a expressão é essa mesma: lutando – com muita incompreensão, com a oposição desnecessária a medidas que são para o bem do Brasil por parte de políticos irresponsáveis – e, por sorte, a maioria de políticos não é irresponsável, mas alguns o são – que transformam tudo, tudo, tudo mesmo em factóide, transformam tudo em objeto de crítica irresponsável, até mesmo pessoal ao Presidente da República. O Presidente não tem feito outra coisa a não ser ser fiel àquilo em que ele crê, àquilo que ele disse ao País que faria e àquilo que ele está fazendo, com a ajuda de todos os que aqui estão e de muitos outros que não estão aqui.

Mas as medidas de hoje, com toda a sua complexidade, terão efeito. Eu me recordo, nos tempos do Plano Real, outra vez, as dificuldades imensas que havia para fazer que o País acreditasse que era possível vencer a inflação. E vinham as idéias de sempre, dos mesmos, que têm sempre as mesmas idéias simplistas: “Aperta um botão e dá o resultado; controla o preço; põe na cadeia.” Era isso o que me diziam. Podem ver os registros do Congresso, os discursos infinitos que pediam: “Basta prender, prende um dono de supermercado, põe na cadeia, controla o preço, aumenta isso de controle, não-sei-o-quê.” E nós fomos por um outro caminho.

Não faltou quem, logo depois do Plano Real, pusesse cartazes nas ruas: “Real é pesadelo.” Também não faltou quem tirasse correndo

esses cartazes e esquecesse, e começasse a apoiar o Real. Agora, não faltou também quem, neste ano, começasse de novo a atacar o Real, como que torcendo pela inflação, como que imaginando: “Bom, dessa vez pegamos o Governo. Liquidamos.” Teriam pego o Governo, não. Teriam pego o País, teriam afundado o País se tivessem conseguido fazer passar suas idéias simplórias a respeito dos mecanismos econômicos. Idéias de pessoas que não são, realmente, afeitas nem ao estudo nem à prática. São afeitas à gritaria, a soluções que não existem.

Os Senhores estão vendo aqui, nesta manhã, o testemunho: são meses de trabalho para poder ter um resultado produtivo, resultado que não vai ser um milagre no dia seguinte – sim, terá conseqüências no dia seguinte –, mas que terá efeitos concretos nos meses seguintes.

Quem dirige um país não pode estar olhando o dia-a-dia apenas. Tem que olhar o horizonte. Tem que ver se o horizonte está-se desanuviando ou não, se estamos ou não criando condições para avançar. Essas medidas são mais um passo, e um passo importante, na direção de fazer com que o Brasil avance: “Avança Brasil”.

E por que o Brasil vai avançar? Porque nós vamos diminuir a taxa de juros – já estamos fazendo isso –, porque vamos aumentar a taxa de crescimento – isso já está começando. No ano que vem teremos, pelo menos, 4% de crescimento. Nós vamos, sim, resolver os problemas fundamentais da população brasileira a partir do emprego e da renda.

Com isso, não se vão esgotar as ações do Governo, obviamente. Nós apresentamos, recentemente, um projeto nacional. Está no Congresso. Está sendo debatido no Congresso. É uma visão de futuro para o Brasil. Visão que não é do Estado, é visão da sociedade, um panorama do que será este país nos próximos anos. Nós preparamos o Brasil para entrar no próximo século de cabeça erguida. A globalização aí está. Mas não vamos ser escravos da globalização. Temos que ser atores nesse processo de globalização.

O Avança Brasil está no Congresso e mostra qual é o caminho. Agora, estamos preparando as medidas microeconômicas necessárias para dar, digamos, carne a essa musculatura, que já foi apresentada ao País no Avança Brasil.

Quero felicitar vivamente a área econômica do Governo, encabeçada pelo Ministro Pedro Malan, incluindo os demais Ministros da área. Quero, e muito especialmente, no caso aqui, dizer de público o quanto o Brasil deve ao Doutor Armínio Fraga. Ele é uma pessoa de visão positiva, porque é um Presidente do Banco Central que fica feliz quando toma medidas positivas, que tem a coragem de dizer que algumas dessas medidas são, sim, para controlar mais os bancos, porque os dados que ele deu são muito claros. Além da inadimplência, existe um custo administrativo muito elevado.

Nada justifica uma taxa de 150% ao ano no crédito pessoal. Nada justifica isso. Aí, sim, tem que haver controle. Não um controle no sentido de tabelar o preço, mas de colocar para o público: "Olha o que eles estão fazendo. E olha o que o outro está fazendo." E se faz a competição. E tem que baixar. E tem que denunciar quando houver abuso. Efetivamente, em certos casos, há abusos que se traduzem em margens de lucro excessivas, que se traduzem em aumento de inadimplência. Portanto, é um pouco um tiro no pé. Às vezes, é no pé do outro, mas é tiro de qualquer maneira e acaba causando um mal-estar na economia brasileira.

Aqui vão ser tomadas medidas que podem não ser consideradas muito positivas para alguns setores, como na área fiscal também. Algumas não são muito positivas para alguns setores que sonégam. Para os que gostam de abusar também não vão ser positivas. Vão ser tomadas. Não se poderá dizer que o Governo não fez a sua lição, não fez a sua parte. A nossa parte está sendo feita, inclusive no que diz respeito à redução drástica do IOF—Imposto sobre Operações Financeiras.

Quero esclarecer que essa redução foi possível porque, neste ano, o esforço de arrecadação foi muito elevado. Os Senhores viram a arrecadação do mês passado, de setembro. Se não fosse isso, não teríamos condições de dispensar o IOF.

Estamos pensando no ano que vem porque estamos convencidos de que a taxa de crescimento será forte. E, portanto, não estamos aqui tomando uma medida arriscada em termos do equilíbrio fiscal. O equilíbrio fiscal é nossa bússola. Nós teremos o equilíbrio fiscal. Mas também temos a sensibilidade para perceber que, quando há recursos, eles

não devem, simplesmente, ser somados ao superávit necessário para estabilizar a dívida. Esses recursos podem, sim, ser usados para aliviar a carga sobre as empresas ou para aliviar a carga fiscal sobre as pessoas ou para dar atenção aos programas sociais de Governo, que são necessários para combater a pobreza, que é também um compromisso inarredável de qualquer ato de um governo que se queira democrático e decente.

Senhores, já falei demais. Mas a minha emoção, a minha satisfação de poder dizer que estamos chegando, neste mês de outubro, atravessando um ano tão difícil, dando tantas notícias favoráveis para que o Brasil avance, me deixa muito contente.

Muito obrigado